



CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

007. PROVA OBJETIVA

PROCURADOR

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 50 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição deste caderno.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração das provas objetiva e discursiva é de 5 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição do texto definitivo.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridas 4 horas do início das provas.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova e assine o termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

- 01.** De acordo com parte da doutrina, os direitos fundamentais possuem significado como princípios básicos da ordem constitucional, participando da essência do Estado Democrático de direito, operando como diretriz e limite para sua ação. Além disso, os direitos fundamentais assumem um sistema de valores, que influem sobre todo o ordenamento jurídico, servindo de norte para ação de todos os poderes constituídos. Essas características estão diretamente associadas à
- (A) eficácia horizontal dos direitos fundamentais.
 - (B) dimensão objetiva dos direitos fundamentais.
 - (C) dimensão subjetiva dos direitos fundamentais.
 - (D) eficácia programática dos direitos fundamentais.
 - (E) eficácia vertical dos direitos fundamentais.
- 02.** A respeito do Mandado de Segurança, assinale a alternativa que está de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- (A) Admite-se a impetração de mandado de segurança contra ato jurisdicional que defere o desbloqueio de bens e valores.
 - (B) Em sede de mandado de segurança, admite-se que o impetrante emende à inicial para a indicação da correta autoridade coatora, ainda que tal modificação implique na alteração da competência jurisdicional, atendendo-se, assim, ao princípio da celeridade.
 - (C) Cabe recurso ordinário constitucional em sede de execução em mandado de segurança, uma vez que, conforme já decidiu o Supremo Tribunal Federal, é exemplificativo o rol do art. 102, II, a, da Constituição Federal.
 - (D) A técnica de ampliação do colegiado não deve ser aplicada ao julgamento de apelação interposta contra sentença proferida em mandado de segurança.
 - (E) Em mandado de segurança, a legitimidade para recorrer é da pessoa jurídica de direito público, dispensando-se a intimação da autoridade coatora para fins de início da contagem do prazo recursal.
- 03.** A respeito dos municípios no regime constitucional brasileiro, é correto afirmar que
- (A) não viola a autonomia municipal norma estadual que disponha sobre a destinação dos recursos recebidos pelos Municípios a título de repartição constitucional de ICMS.
 - (B) não avança nas atribuições do municípios disposição de Constituição Estadual que garanta o direito “meia passagem” a estudantes no transporte municipal de passageiros.
 - (C) os subsídios do prefeito e do vice-prefeito devem ser fixados mediante lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo Municipal.
 - (D) compete à Lei Orgânica dispor sobre a vocação sucessória no caso de dupla vacância dos cargos de Prefeito e Vice-Prefeito, não podendo a Constituição Estadual regular o assunto.
 - (E) é inconstitucional legislação federal que estabeleça novas eleições para os cargos majoritários simples municipais em casos de vacância por causas eleitorais.
- 04.** De acordo com a Constituição Federal, as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são de propriedade
- (A) dos Municípios.
 - (B) da União.
 - (C) dos Estados-membros e do Distrito-Federal.
 - (D) da entidade autárquica que tenha por missão institucional promover e proteger os povos indígenas no Brasil.
 - (E) dos povos originários.
- 05.** A respeito da competência constitucional para legislar sobre guardas civis municipais e das atribuições constitucionais dessas entidades, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que
- (A) é inconstitucional lei municipal que reconheça o exercício da atividade de segurança pública às guardas municipais.
 - (B) é inconstitucional lei nacional que trate do assunto, pois compete privativamente aos municípios dispor sobre a proteção de seu patrimônio.
 - (C) é constitucional lei nacional que estabeleça aspectos gerais sobre o assunto e que resguarde o poder dos municípios de criar e dispor sobre essas estruturas.
 - (D) é constitucional lei nacional que estabeleça o dever de municípios instituírem guardas municipais e disponha sobre a sua organização.
 - (E) é inconstitucional norma municipal que atribua a essas entidades o poder de polícia de trânsito, pois compete à União dispor sobre trânsito e transporte.

06. A respeito da intervenção federal, assinale a alternativa correta.

- (A) Nas intervenções voluntárias, o Presidente da República deve ouvir o Conselho da República e o de Defesa Nacional e estará obrigado a seguir o seu parecer.
- (B) Cabe recurso extraordinário contra acórdão de tribunal de justiça que defere pedido de intervenção estadual em município.
- (C) A representação de inconstitucionalidade para fins interventivos pode ser proposta por todos os legitimados para a proposição de ações diretas de inconstitucionalidade.
- (D) O instituto da intervenção federal revela a existência de uma supremacia da União em face dos Estados-membros.
- (E) No caso de intervenção por requisição do Supremo Tribunal Federal, o controle político sobre as razões da intervenção pelo Congresso Nacional é dispensado.

07. Considere que João é vereador do município X e solicitou vista de processo administrativo custodiado pela Secretaria da Fazenda, sob a justificativa de que expedientes administrativos da Administração Pública são, em regra, públicos e que os vereadores têm por função institucional fiscalizar o Poder Executivo. Em resposta ao pedido de vista, o servidor responsável pelo processo negou o acesso, pois o caso tratava de uma fiscalização, que conteria dados protegidos por sigilo fiscal. Com base na situação hipotética e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

- (A) o sigilo fiscal não pode ser quebrado isoladamente pelo vereador, mas poderá ser por decisão de Comissão Parlamentar de Inquérito, desde que o pedido da comissão seja motivado e justificada a pertinência da medida.
- (B) o parlamentar tem o direito de ter vista integral de processo administrativo que contenha dados protegidos por sigilo fiscal, desde que assuma o compromisso de não compartilhar essas informações com terceiro.
- (C) os dados protegidos por sigilo fiscal devem ser compartilhados com o parlamentar, mas este será responsabilizado por eventuais danos causados em função do seu compartilhamento com terceiros, pois a imunidade parlamentar material não se estende a esse caso.
- (D) os dados protegidos por sigilo fiscal somente podem ser compartilhados com membros do Poder Legislativo mediante autorização judicial.
- (E) a decisão administrativa está incorreta, pois o sigilo fiscal de dados custodiados pela Administração Pública não pode ser oposto a parlamentar.

08. A Constituição Federal, no artigo 19 do ADCT, concedeu uma estabilidade excepcional para servidores públicos que estavam em exercício há pelo menos cinco anos continuados na data da promulgação da Constituição Federal e que não foram admitidos mediante prévia aprovação em concurso público. Nos Estados-Membros e nos municípios brasileiros há um número expressivo de agentes públicos sujeitos a esse regime, o que tem levado o Supremo Tribunal Federal a se posicionar sobre as consequências jurídicas desse dispositivo. Com base na jurisprudência da Corte, é correto afirmar que esses servidores

- (A) podem ser transpostos para carreiras distintas, que possuam atribuição funcional equivalentes às desempenhadas ao tempo da promulgação da Constituição.
- (B) não podem ser sujeitos ao regime próprio de previdência social.
- (C) caso fossem servidores celetistas ao tempo da promulgação da Constituição Federal, não poderiam ser transformados em servidores estatutários.
- (D) podem integrar o regime próprio de previdência social, caso haja autorização legislativa do ente federativo a que estejam vinculados.
- (E) equiparam-se aos servidores públicos previamente aprovados em concurso público, para todos os efeitos.

DIREITO ADMINISTRATIVO

09. De acordo com a Lei nº 12.527/2011 – Acesso a Informações – a informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor, e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como _____, _____ ou _____, cujos prazos máximos de restrição de acesso à informação vigorarão a partir da data de sua produção e serão, respectivamente, de _____, _____ e _____.

Assinale a alternativa que preenche, correta e respectivamente, as lacunas.

- (A) secreta ... restrita ... reservada ... 35 (trinta e cinco) ... 25 (vinte e cinco) ... 15 (quinze) anos
- (B) secreta ... confidencial ... restrita ... 25 (vinte e cinco) ... 15 (quinze) ... 5 (cinco) anos
- (C) ultrassecreta ... confidencial ... reservada ... 25 (vinte e cinco) ... 15 (quinze) ... 5 (cinco) anos
- (D) ultrassecreta ... secreta ... reservada ... 25 (vinte e cinco) ... 15 (quinze) ... 5 (cinco) anos
- (E) ultrassecreta ... confidencial ... restrita ... 35 (trinta e cinco) ... 25 (vinte e cinco) ... 15 (quinze) anos

- 10.** Nos termos da Lei nº 11.107/2005, o consórcio público
- (A) com personalidade jurídica de direito privado integra a administração direta de todos os entes da Federação consorciados.
 - (B) pode ser uma associação pública ou uma pessoa jurídica de direito privado.
 - (C) não pode ter, como participante, a União Federal, em nenhuma hipótese.
 - (D) não pode firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, nem receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo.
 - (E) deve ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, mediante prévia licitação.
- 11.** Assinale a alternativa correta a respeito das organizações sociais, de acordo com a Lei nº 9.637/1998.
- (A) Os membros do conselho de administração, eleitos ou indicados para integrar a diretoria da entidade, podem acumular as funções executivas da organização social.
 - (B) O dirigente máximo da entidade deve participar das reuniões do conselho de administração, com direito a voto.
 - (C) Os membros do conselho de administração não devem receber remuneração pelos serviços que, nesta condição, prestarem à organização social, ressalvada a ajuda de custo por reunião da qual participem.
 - (D) As organizações sociais são pessoas jurídicas de direito privado, com ou sem fins lucrativos.
 - (E) O conselho de administração deve reunir-se, ordinariamente, no mínimo quatro vezes a cada ano e, extraordinariamente, duas vezes ao ano.
- 12.** Podem receber a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – Oscip, desde que tenham sido constituídos(as) e se encontrem em funcionamento regular há, no mínimo, 3 (três) anos, cujos objetivos sociais e normas estatutárias atendam aos requisitos instituídos pela Lei nº 9.790/1999,
- (A) as pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos.
 - (B) as organizações sociais.
 - (C) as fundações públicas.
 - (D) os sindicatos, as associações de classe ou de representação de categoria profissional.
 - (E) as instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais e confessionais.
- 13.** Nos termos da Lei nº 9.784/1999 – processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal – assinale a alternativa correta.
- (A) Os atos do processo podem ser produzidos por escrito ou gravados em áudio ou vídeo, em vernáculo, com a data e o local de sua realização, sendo facultativa a assinatura da autoridade responsável.
 - (B) Os atos do processo devem realizar-se em dias úteis, no horário normal de funcionamento da repartição na qual tramitar o processo; excepcionalmente, tais atos poderão ser realizados aos domingos e feriados, a pedido do interessado.
 - (C) O processo não precisa ter suas páginas numeradas sequencialmente e rubricadas.
 - (D) A autenticação de documentos exigidos em cópia deverá ser feita em cartório extrajudicial, por conta e às expensas do interessado, não podendo o órgão administrativo autenticar tais documentos.
 - (E) Os atos do processo devem realizar-se preferencialmente na sede do órgão, cientificando-se o interessado se outro for o local de realização.
- 14.** Dispõe a Lei nº 8.080/1990 – Sistema Único de Saúde – “A telessaúde abrange a prestação remota de serviços relacionados a todas as profissões da área da saúde regulamentadas pelos órgãos competentes do Poder Executivo federal.”
- Assinale a alternativa que contempla um dos princípios da Telessaúde.
- (A) Publicidade dos dados.
 - (B) Responsabilidade analógica.
 - (C) Obrigatoriedade de atendimento na modalidade telessaúde, com a possibilidade do atendimento presencial, quando solicitado.
 - (D) Promoção da universalização do acesso dos brasileiros às ações e aos serviços de saúde.
 - (E) Observância das atribuições legais de cada profissão, quando houver possibilidade.
- 15.** Nos termos da Lei nº 12.846/2013, o órgão competente para celebrar os acordos de leniência no âmbito do Poder Executivo federal, bem como no caso de atos lesivos praticados contra a administração pública estrangeira, será
- (A) o Ministério da Justiça.
 - (B) o Tribunal de Contas da União.
 - (C) o Ministério Público Federal.
 - (D) a Controladoria-Geral da União.
 - (E) a Procuradora Geral da Fazenda Nacional.

16. Nos termos do Decreto-Lei nº 201/1967, constitui uma das infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais, sujeita ao julgamento pela Câmara dos Vereadores e sancionada com a cassação do mandato,
- (A) antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do município, sem vantagem para o erário.
 - (B) descumprir o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
 - (C) apropriar-se de bens ou rendas públicas ou desviá-los em proveito próprio ou alheio.
 - (D) utilizar-se, indevidamente, em proveito próprio ou alheio, de bens, rendas ou serviços públicos.
 - (E) nomear, admitir ou designar servidor, contra expressa disposição de lei.

DIREITO CIVIL

17. As disposições normativas serão redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, observadas, para esse propósito, as seguintes normas para a obtenção de precisão:
- (A) expressar a ideia, quando repetida no texto, por meio das mesmas palavras, evitando o emprego de sinonímia com propósito meramente estilístico.
 - (B) articular a linguagem, que deverá se dar de forma técnica, de modo a ensejar perfeita compreensão do objetivo da lei e a permitir que seu texto evidencie com clareza o conteúdo e o alcance que o legislador pretende dar à norma.
 - (C) evitar, sempre que possível, a utilização de siglas, ainda que consagradas pelo uso, redigindo todas as palavras por extenso.
 - (D) grafar por extenso quaisquer referências a números, percentuais, data, número de lei e em todos os demais casos em que houver prejuízo para a compreensão do texto.
 - (E) utilizar preferencialmente as expressões 'anterior', 'seguinte' ou equivalentes em vez de indicar expressamente o dispositivo objeto de remissão.
18. A renúncia da herança é um ato jurídico que, quanto à manifestação da vontade, pode ser caracterizado como
- (A) não solene.
 - (B) não receptício.
 - (C) plurilateral.
 - (D) simples.
 - (E) sinalagmático.

19. João comprou o carro de José no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). No entanto, quando João foi realizar o depósito na conta de José, no dia 10 de janeiro de 2020, se equivocou e acabou depositando o valor para Joaquim, que, na mesma data, se recusou a devolver a quantia recebida. João acabou falecendo no dia 20 de fevereiro de 2022 e sua única herdeira, Larissa, maior e capaz, decidiu propor ação de ressarcimento de enriquecimento sem causa em face de Joaquim. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que Larissa poderá propor a referida ação até o dia
- (A) 10 de janeiro de 2025.
 - (B) 20 de fevereiro de 2027.
 - (C) 20 de fevereiro de 2032.
 - (D) 10 de janeiro de 2030.
 - (E) 10 de janeiro de 2023.

20. Helena, uma rica empresária, emprestou um de seus apartamentos no bairro do Cambuí, em Campinas, para que sua prima, Laís, morasse com seus dois filhos por prazo indeterminado. Passados dez anos, Helena, sem nenhuma justificativa, solicita, por meio de interpelação extrajudicial, que Laís e seus filhos desocupem o imóvel no prazo de trinta dias. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) Para reaver o imóvel, Helena deveria ter feito a interpelação de forma judicial, não bastando a interpelação extrajudicial.
 - (B) Caso Laís e seus filhos não desocupem o imóvel no prazo de trinta dias, é devido o pagamento de aluguel durante o tempo de atraso, bem como ela será responsável por eventuais danos que ocorrerem no apartamento em caso de perecimento ou deterioração, exceto se decorrentes de caso fortuito.
 - (C) Por se tratar de um direito potestativo de Helena, ela poderá rescindir o contrato sem apresentar nenhuma motivação e requerer o imóvel de volta, considerando que Laís e seus filhos ficaram um prazo razoável no imóvel.
 - (D) Para a extinção do comodato é necessário que o imóvel não se preste mais ao uso de Laís e seus filhos.
 - (E) A desocupação apenas poderia ser requerida em caso de necessidade imprevista e urgente, demonstrada por Helena.

21. Acerca do penhor de veículos, assinale a alternativa correta.

- (A) O penhor de veículos só se pode convencionar pelo prazo máximo de cinco anos, prorrogável até o limite de igual tempo, averbada a prorrogação à margem do registro respectivo.
- (B) Podem ser objeto de penhor apenas os veículos para uso particular.
- (C) Tem o credor direito a verificar o estado do veículo empenhado, inspecionando-o onde se achar, desde que o faça pessoalmente.
- (D) Constitui-se o penhor desde que mediante instrumento público registrado no Cartório de Títulos e Documentos do domicílio do devedor, e anotado no certificado de propriedade.
- (E) A alienação, ou a mudança, do veículo empenhado sem prévia comunicação ao credor importa no vencimento antecipado do crédito pignoratício.

22. Lucas, proprietário de um loteamento ainda com as obras em andamento, vendeu um lote para Bruno pelo valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), com entrada de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e o restante em vinte e quatro parcelas mensais. Após o pagamento da entrada e de duas prestações, houve resolução do contrato por fato imputado a Bruno. Diante da situação hipotética apresentada, os valores pagos por Bruno

- (A) deverão ser restituídos em parcela única, no prazo máximo de doze meses, contados após a formalização da rescisão contratual.
- (B) deverão ser restituídos, descontados os valores devidos em razão de cláusula penal e despesas administrativas, inclusive arras ou sinal, limitado a cinco por cento do valor atualizado do contrato, caso o contrato de compra e venda do lote tenha se dado sob a modalidade de alienação fiduciária.
- (C) deverão ser restituídos em até doze parcelas mensais, com início no prazo máximo de cento e oitenta dias após o prazo previsto para conclusão das obras do loteamento.
- (D) não deverão ser restituídos.
- (E) deverão ser restituídos atualizados com base no índice legal de correção monetária das parcelas do preço do imóvel, sem o desconto de qualquer valor referente a despesas, cláusula penal ou arras, podendo ocorrer somente o desconto de despesas administrativas.

23. Manuela, domiciliada em Sumaré, estava andando de bicicleta em uma ciclovia na cidade de Campinas quando foi atropelada por Cida, que saiu do local do acidente sem prestar socorro. Manuela ficou internada por três dias em um hospital em Campinas. Ao ter alta hospitalar, Manuela propôs, em uma das varas cíveis da comarca de Campinas, ação de indenização por danos materiais requerendo o reparo de sua bicicleta, bem como o ressarcimento dos valores pagos no hospital em face de Cida. Passados três meses da propositura da ação de indenização por danos materiais, Manuela decidiu propor, na comarca de Sumaré, ação de indenização por danos morais em face de Cida. Antes mesmo que Cida fosse citada para apresentar contestação na ação por danos materiais, a ação de indenização por danos morais foi distribuída e o juiz da 4ª Vara Cível da comarca de Sumaré julgou procedente a ação.

Diante da situação hipotética, é correto afirmar que

- (A) ambas as ações devem ser julgadas na comarca de Campinas, em razão da conexão entre elas.
- (B) ambas as ações devem ser julgadas na comarca de Sumaré, em razão da conexão entre elas.
- (C) ambas as ações devem ser julgadas na comarca de Sumaré, por ser a ação de indenização por danos morais continente.
- (D) não haverá reunião dos processos para decisão conjunta.
- (E) ambas as ações devem ser julgadas na comarca de Campinas, por ser a ação de indenização por danos materiais continente.

24. Diego propôs, em face de Adriano, uma ação que tem por objeto a revisão de obrigação decorrente de um empréstimo por ele realizado. Na petição inicial, Diego deixou de discriminar, dentre as obrigações contratuais, aquelas que pretendia controverter, assim como deixou de quantificar o valor incontroverso do débito.

Diante da situação hipotética apresentada, é correto afirmar que o juiz

- (A) mandará citar Adriano para que ele apresente contestação.
- (B) determinará, indicando com precisão, que Diego emende a inicial no prazo de quinze dias.
- (C) indeferirá, de pronto, a petição inicial.
- (D) julgará liminarmente improcedente o pedido.
- (E) julgará antecipadamente o mérito do pedido.

25. Acerca da confissão, assinale a alternativa correta.

- (A) A confissão será ineficaz se feita por quem não for capaz de dispor do direito a que se referem os fatos confessados.
- (B) A legitimidade para a ação de confissão é exclusiva do confitente, não havendo possibilidade de transferência mesmo que o seu falecimento se dê após a propositura da ação.
- (C) A confissão judicial pode ser provocada ou espontânea, sendo que esta constará do termo de depoimento pessoal.
- (D) Vale como confissão a admissão de fatos relativos a direitos indisponíveis, desde que realizada em juízo.
- (E) A confissão extrajudicial, quando feita oralmente, só terá eficácia nos casos em que a lei exija prova literal.

26. Acerca da obtenção de preferência no pagamento de precatório, assinale a alternativa correta de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

- (A) Não se admite o fracionamento do valor do precatório para recebimento antecipado.
- (B) A preferência se dá até o valor equivalente ao dobro do fixado para as obrigações de pequeno valor, sendo que o restante será pago na ordem cronológica de apresentação do precatório.
- (C) Se a dívida não tiver natureza alimentar, o seu titular, ainda que idoso, receberá sem qualquer preferência.
- (D) É necessário que o titular do débito tenha no mínimo sessenta e cinco anos, podendo tal preferência ser exercida em razão da sucessão hereditária.
- (E) Para a obtenção da preferência, basta que o titular do precatório seja idoso ou pessoa portadora de doença grave ou pessoa com deficiência.

27. Assinale a alternativa que corresponde corretamente às características do interdito proibitório.

- (A) Qualquer outro tipo de receio que não seja o da violência iminente não configura o justo receio para o requerimento do interdito proibitório.
- (B) Em caso de desobediência ao mandado expedido pelo juiz, é cabível força policial, não sendo aplicada pena pecuniária.
- (C) A tutela deve ser requerida pelo possuidor, desde que indireto, que se encontrar com justo receio de ser molestado em seu direito.
- (D) As disputas dominicais, ainda que sem agressão arbitrária ao estado de fato em que se acha o possuidor, são uma das hipóteses para se requerer a proteção possessória.
- (E) O interdito proibitório tem como objeto a prestação de fazer positiva, para que cesse a turbação ou o esbulho iminente.

28. Considerando o atual entendimento dos Tribunais Superiores acerca do mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- (A) Concessão de mandado de segurança pode produzir efeitos patrimoniais em relação a período pretérito.
- (B) O prazo decadencial para impetrar mandado de segurança contra redução do valor de vantagem integrante de proventos ou de remuneração de servidor público renova-se mês a mês.
- (C) A impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, se condiciona à interposição de recurso.
- (D) Pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para o mandado de segurança.
- (E) Compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer originariamente de mandado de segurança contra atos de outros tribunais.

DIREITO FINANCEIRO

29. Assinale a alternativa cuja sequência de palavras preencha, corretamente, a frase seguir.

“_____ que correm à conta de créditos com vigência plurianual, que não tenham sido liquidados, só serão computados como _____ no último ano de vigência do crédito.”

- (A) Os empenhos ... restos a pagar
- (B) Os créditos suplementares ... despesa orçamentária
- (C) Os créditos adicionais ... restos a pagar
- (D) Os créditos extraordinários ... despesa orçamentária
- (E) Os empenhos ... despesa orçamentária

30. A Prefeitura de Alfa do Norte realizou a construção de uma ponte para melhorar a malha viária da cidade. Nesse processo, o imóvel de propriedade da Sra. Adalgiza, de 65 anos, deficiente auditiva, sofre vários danos e rachaduras. Ao propor ação judicial pleiteando indenização, a Sra. Adalgiza foi vitoriosa, com sentença transitada em julgado condenando a Municipalidade ao pagamento do valor integral de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Considerando essa situação hipotética, esse pagamento

- (A) terá preferência sobre os demais débitos em virtude da idade da requerente e de sua deficiência, não sendo relevante o valor da indenização.
- (B) terá preferência sobre os demais débitos em virtude da idade da requerente, sua deficiência e por ter natureza alimentar.
- (C) deverá ser realizado mediante Requisição de Pequeno Valor (RPV).
- (D) terá preferência sobre os demais débitos em virtude da idade da requerente, não sendo relevante sua deficiência ou o valor da indenização.
- (E) seguirá a ordem cronológica de sua apresentação, não havendo qualquer preferência.

31. A sociedade empresária Beta Ltda. é titular de créditos inscritos em precatório devido a uma sentença transitada em julgada decorrente de infração contratual, por parte da Administração Pública, de contrato administrativo. A Beta Ltda. pretende ceder esse direito de recebimento a Dr. Silva, advogado de 65 anos, especialista nesse tipo de operação.
- Diante do exposto, a cessão desses créditos
- (A) é possível e passarão a ter preferência no pagamento devido à idade de seu novo titular.
 - (B) não é possível, pois o cedente é uma pessoa jurídica e o cessionário é pessoa física.
 - (C) é possível, sendo a produção de efeitos do negócio jurídico condicionada à comunicação ao tribunal de origem e à entidade devedora.
 - (D) poderá ser realizada, desde que haja prévia anuência da Fazenda Pública.
 - (E) não é possível, pois a idade de seu novo titular concederia direito de preferência indevido, dada a natureza do precatório.
32. Assinale a alternativa correta no que tange à destinação de recursos públicos para o setor privado, de acordo com as disposições da Lei Complementar nº 101/2000.
- (A) As disposições da referida lei aplicam-se a toda a administração indireta, exceto fundações públicas, instituições financeiras e o Banco Central do Brasil.
 - (B) Salvo mediante lei específica, não poderão ser utilizados recursos públicos, inclusive de operações de crédito, para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional, exceto nos casos de financiamentos para mudança de controle acionário.
 - (C) Deverá ser autorizada por lei específica, atender às condições estabelecidas na lei de diretrizes orçamentárias e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais, exceto nos casos de participação em constituição ou aumento de capital.
 - (D) Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
 - (E) Compreende a concessão de empréstimos, financiamentos, refinanciamentos e suas respectivas prorrogações e a composição de dívidas, não sendo incluída a concessão de subvenções.
33. De acordo com as disposições constantes da Lei nº 4.320/1964, classifica(m)-se como Receita(s) Corrente(s):
- (A) receitas agropecuárias e industriais.
 - (B) o superavit do Orçamento Corrente.
 - (C) aquelas resultantes da conversão, em espécie, de direitos creditórios.
 - (D) as decorrentes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas.
 - (E) as provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos.
34. Relativamente ao acordo de compensação de horas nas jornadas de trabalho, assinale a alternativa correta, tendo como parâmetro do disposto na CLT.
- (A) A prestação de horas extras com habitualidade caracteriza o acordo de compensação de jornada e o banco de horas.
 - (B) O banco de horas poderá ser pactuado por acordo individual escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.
 - (C) É nulo de pleno direito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual tácito.
 - (D) O não atendimento das exigências legais para compensação de jornada implica a repetição do pagamento das horas excedentes à jornada normal diária, sendo indevido apenas o respectivo adicional.
 - (E) É vedado às partes estabelecer regime de compensação de jornada de trabalho de doze horas seguidas por trinta e seis horas ininterruptas de descanso.
35. Acerca das férias, com base na CLT e na jurisprudência sumulada do TST, assinale a alternativa correta.
- (A) É facultado ao empregador descontar, do período de férias, as faltas do empregado ao serviço até o limite de 1/3 (um terço) do período de gozo.
 - (B) É devido o pagamento em dobro da remuneração de férias, excluído o terço constitucional, quando, ainda que gozadas na época própria, o empregador tenha descumprido o prazo legal de pagamento, qual seja, até 2 (dois) dias antes do início do respectivo período de gozo.
 - (C) Ainda que configurada a hipótese de dispensa do empregado por justa causa, a extinção do contrato de trabalho sujeita o empregador ao pagamento da remuneração das férias proporcionais, ainda que incompleto o período aquisitivo de 12 (doze) meses.
 - (D) É vedado o início das férias no período de dois dias que antecede feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
 - (E) Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 60 (sessenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

36. À luz da jurisprudência do TST e do que dispõe a CLT, assinale a alternativa correta no que tange à extinção do contrato de trabalho.

- (A) A extinção do contrato de trabalho por acordo mútuo entre as partes autoriza o ingresso do empregado no Programa de Seguro-Desemprego, observadas as carências legais pertinentes.
- (B) No momento da rescisão contratual, o pagamento a que fizer jus será efetuado exclusivamente em dinheiro quando o empregado for analfabeto.
- (C) Constitui justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador a perda da habilitação para o exercício da profissão, em decorrência de conduta culposa do empregado.
- (D) O contrato de trabalho poderá ser extinto por acordo entre empregado e empregador, caso em que não será devido o aviso-prévio.
- (E) Presume-se discriminatória a despedida de empregado portador do vírus HIV ou de outra doença grave que suscite estigma ou preconceito.

37. Na audiência do processo do trabalho, é correto afirmar que

- (A) o não comparecimento do reclamante à audiência importa o arquivamento da reclamação, e o não comparecimento do reclamado importa revelia e confissão quanto à matéria de fato, ainda que o litígio versar sobre direitos indisponíveis.
- (B) terminada a instrução, o juiz renovará a proposta de conciliação, e não se realizando esta, poderão as partes aduzir razões finais, em prazo não excedente de 15 (quinze) minutos para cada uma.
- (C) ausente o reclamado, ainda que presente o advogado na audiência, não serão aceitos a contestação e os documentos eventualmente apresentados.
- (D) o empregador poderá fazer-se substituir pelo gerente, ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento do fato, desde que seja empregado da reclamada, cujas declarações obrigarão o proponente.
- (E) a revelia não produz o efeito de confissão quanto à matéria de fato quando a petição inicial não estiver acompanhada de instrumento que a lei considere indispensável à prova do ato.

38. Nos termos da CLT, o Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica. Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

- (A) É indicador de transcendência jurídica a postulação, por reclamante-recorrente, de direito social constitucionalmente assegurado.
- (B) Não cabe sustentação oral do recorrente sobre a questão da transcendência quando esta for considerada inexistente pelo relator do recurso.
- (C) É indicador de transcendência política o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal.
- (D) O juízo de admissibilidade do recurso de revista exercido pela Presidência dos Tribunais Regionais do Trabalho abrange o critério da transcendência das questões nele veiculadas.
- (E) É indicador de transcendência jurídica o desrespeito da instância recorrida à jurisprudência sumulada do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

39. José pratica atos que se amoldam à descrição típica do crime de apropriação indébita, consumado. No curso de inquérito policial, depois de intimado a prestar declarações em sede policial, mas antes do recebimento da denúncia, voluntariamente, José restitui a coisa indebitamente apropriada a seu proprietário. É correto afirmar que

- (A) se José for primário e se for de pequeno valor a coisa apropriada, o juiz pode substituir a pena de reclusão pela de detenção, diminuí-la de um a dois terços, ou aplicar somente a pena de multa.
- (B) nenhum benefício será reconhecido, tendo em vista que a devolução ocorreu após sua intimação.
- (C) deve ser reconhecido em seu favor o instituto do arrependimento eficaz, o que lhe trará redução de pena.
- (D) deve ser reconhecido em seu favor o instituto do arrependimento posterior, o que lhe trará redução de pena.
- (E) nenhum benefício será reconhecido, tendo em vista a consumação do crime.

40. Lucia é funcionária pública e trabalha na Prefeitura, no órgão que julga recursos administrativos interpostos por motoristas contra multas de trânsito. Seu vizinho pede que ela antecipe o julgamento de uma multa de trânsito, alterando a ordem cronológica de protocolo recursal que é utilizada para estabelecer a data de julgamento pelo órgão, o que ela faz. Sem qualquer outra interferência de Lucia, o recurso de seu vizinho é julgado antecipadamente e é deferido, tendo em vista que a multa de trânsito foi mal aplicada. Nesse contexto e apenas a partir dos dados que foram descritos, é correto afirmar que Lucia
- (A) praticou concussão.
 - (B) praticou advocacia administrativa.
 - (C) não praticou crime algum, tendo em vista que o interesse do vizinho era legítimo, o que se comprova pelo deferimento do recurso.
 - (D) praticou violação de sigilo funcional.
 - (E) praticou corrupção passiva e seu vizinho praticou corrupção ativa.
41. De acordo com o art. 13-A do Código de Processo Penal (CPP), nos crimes previstos nos arts. 148, 149 e 149-A, no § 3º do art. 158, no art. 159 do Código Penal e no art. 239 do Estatuto da Criança e do Adolescente, o membro do Ministério Público ou o Delegado de Polícia poderá requisitar, de quaisquer órgãos do poder público ou de empresas da iniciativa privada,
- (A) dados e informações cadastrais da vítima ou de suspeitos.
 - (B) dados que permitam identificar o posicionamento da estação de cobertura, setorização e intensidade de radiofrequência de aparelho celular de titularidade da vítima ou de investigados.
 - (C) extratos bancários de investigados, relativos a período não superior a 6 meses.
 - (D) interceptação de comunicação telemática – “e-mail” e aplicativos de troca de mensagens.
 - (E) interceptação de ligações telefônicas de aparelhos fixos ou celulares.
42. No que se refere às condutas vedadas aos agentes públicos em campanhas eleitorais, é correto afirmar que é proibido
- (A) a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas.
 - (B) ao candidato a reeleição comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o registro de candidatura, a inauguração de obras públicas.
 - (C) a qualquer candidato comparecer, nos 6 (seis) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas.
 - (D) a qualquer candidato comparecer, nos 3 (três) meses que precedem o registro de candidatura, a inauguração de obras públicas.
 - (E) ao candidato a reeleição comparecer, nos 6 (seis) meses que precedem o pleito, a inaugurações de obras públicas.
43. Assinale a alternativa correta a respeito de filiação partidária.
- (A) Havendo coexistência de filiações partidárias, a Justiça Eleitoral determinará o cancelamento de todas.
 - (B) Os prazos de filiação partidária, fixados no estatuto do partido, com vistas à candidatura a cargos eletivos, podem ser alterados a qualquer tempo.
 - (C) O cancelamento imediato da filiação partidária verifica-se no caso de perda dos direitos políticos.
 - (D) É proibido ao partido político estabelecer, em seu estatuto, prazos de filiação partidária superiores aos previstos nesta Lei, com vistas à candidatura a cargos eletivos.
 - (E) Para desligar-se do partido, o filiado faz comunicação escrita somente ao órgão de direção municipal e estadual.
44. É condição de elegibilidade na forma da lei a idade mínima de
- (A) 35 (trinta e cinco) anos para presidente, governador e prefeito.
 - (B) 35 (trinta e cinco) anos para presidente da república e governador e 18 (dezoito) anos para os demais cargos.
 - (C) 18 (dezoito) anos para deputado federal, deputado estadual e vereador.
 - (D) 30 (trinta) anos para senador e 21 (vinte e um) anos para deputado federal.
 - (E) 30 (trinta) anos para governador.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

45. Sobre a Lei do Mandado de Segurança nº 12.016 de 07 de agosto de 2009, assinale a alternativa correta.

- (A) A sentença que denegar mandado de segurança coletivo por falta de provas impedirá que o interessado, em ação individual, pleiteie os seus direitos e os respectivos efeitos patrimoniais.
- (B) No mandado de segurança coletivo, mostra-se inconstitucional a exigência de oitiva prévia do representante judicial da pessoa jurídica de direito público antes da concessão da liminar.
- (C) No mandado de segurança coletivo impetrado por entidade associativa de caráter civil, mostra-se necessária a comprovação, pelos associados, de filiação prévia à impetração como condição para a cobrança de valores pretéritos.
- (D) O Ministério Público e a Defensoria Pública não têm legitimidade para a tutela de direitos difusos e coletivos por meio de mandado de segurança coletivo.
- (E) Entidade de classe tem legitimidade para propor o mandado de segurança coletivo somente quando a pretensão veiculada interessar à totalidade da categoria.

46. Acerca dos princípios gerais do processo civil coletivo, assinale a alternativa correta.

- (A) De acordo com o princípio da obrigatoriedade da execução coletiva, em havendo desídia dos outros legitimados ativos, caberá ao Ministério Público a promoção da execução coletiva.
- (B) Pelo princípio da taxatividade da ação coletiva, há a necessidade de previsão e demonstração do direito coletivo protegido expressamente pela legislação infraconstitucional.
- (C) Segundo o princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva, busca-se o aproveitamento máximo da tutela coletiva, sendo vedada a utilização e o transporte ao seu processo individual com mesma causa de pedir.
- (D) Pelo princípio da máxima efetividade do processo coletivo, deve-se buscar todos os tipos de tutela previstos no ordenamento, sempre mediante provocação da parte e observando-se a neutralidade do magistrado.
- (E) O princípio da indisponibilidade da ação coletiva impede a desistência da ação pelos legitimados, exigindo sempre a assunção da titularidade do feito pelo Ministério Público.

47. Um procurador do Município recebeu expediente com proposta de ingresso de Ação Civil Pública em face de empresa de âmbito nacional, com filiais em Campinas, relatando e comprovando práticas abusivas. Chegou ao conhecimento a existência de diversas ações civis já ajuizadas na justiça comum de primeira instância no Estado de São Paulo, todas com a mesma causa de pedir e pedido, objetivando o ajuste dos contratos utilizados com a exclusão das cláusulas abusivas, inclusive com uma primeira demanda ajuizada em outro Estado da federação.

Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) Deve ser ajuizada ação civil pública em Campinas, mas ocorrerá a prevenção com a primeira ação distribuída no Estado de São Paulo.
- (B) A demanda distribuída em outro Estado da federação acarretará prevenção apenas no tocante às ações posteriores distribuídas no mesmo Estado.
- (C) Deve ser ajuizada ação civil pública em Campinas, pois as demais ações civis públicas ajuizadas no Estado de São Paulo têm eficácia territorial restrita aos respectivos territórios das jurisdições.
- (D) Ocorrerá a prevenção da primeira ação distribuída em outro Estado, o que atrairá as demais ações distribuídas em todo o território nacional.
- (E) A ação civil pública ajuizada em outro Estado da Federação não tem eficácia no Estado de São Paulo, estando restrita ao âmbito territorial da comarca respectiva, não gerando litispendência.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

48. Considere que o Prefeito de Campinas (SP) tem recebido, em eventos públicos, reclamações de pessoas ligadas ao setor da construção civil e à promoção da moradia popular, em que se insurgem contra limitações impostas pela Lei de Zoneamento Urbano em áreas providas de boa infraestrutura urbana. Como solução, sugerem que o Prefeito apresente projeto de lei e mobilize a base governista para aprová-la, a fim de aumentar o adensamento populacional em áreas mais centrais da Cidade. A proposta de mudança da Lei de Zoneamento Urbano foi apresentada e encaminhada à Procuradoria da Câmara, para parecer.

Com base na situação hipotética e no disposto na Lei Orgânica do Município de Campinas (SP), o Procurador deverá informar de maneira correta em sua manifestação que

- (A) o projeto de lei, por pedido do Prefeito, poderá tramitar em regime de urgência, caso em que, não apreciado, sobrestará a votação dos demais assuntos, até que se ultime a votação.
- (B) a matéria não poderá ser objeto de nova deliberação na mesma sessão legislativa, caso seja rejeitada pela Câmara.
- (C) o projeto, mesmo que parcialmente, não poderá tramitar em regime de urgência.
- (D) a aprovação da Lei dependerá de voto favorável de três quintos dos membros da Câmara.
- (E) a propositura do projeto de Lei para tratar dessa matéria é de competência exclusiva do Prefeito.

49. A respeito da deliberação de projetos legislativos, com base no Regimento Interno da Câmara Municipal de Campinas, assinale a alternativa correta.

- (A) Os projetos de lei não admitem a realização de votação simbólica. As votações serão nominais e, anunciadas pelo(a) Presidente, serão executadas pelo sistema eletrônico, devendo os(as) vereadores(as) registrarem seus votos nos terminais respectivos, no prazo por ele(a) determinado.
- (B) Destaque é o ato de separar uma proposição de um grupo ou parte do texto de uma proposição para possibilitar a votação isolada pelo plenário de títulos, capítulos e seções. As emendas, por sua vez, não poderão ser votadas destacadamente.
- (C) Após a apresentação dos votos, os(as) vereadores(as) não poderão solicitar a retificação de seu conteúdo.
- (D) Obstrução é a saída do(a) vereador(a) do Plenário antes de iniciada a votação, negando quórum para a necessária deliberação.
- (E) O(a) vereador(a) presente na reunião plenária no ato em que a matéria for declarada em votação deverá abster-se de votar quando tiver interesse pessoal manifesto na deliberação, hipótese em que sua presença não será computada para efeito do quórum.

50. Com base na Lei Municipal nº 15.963/2020, a respeito das regras que tratam do pedido de recurso e de revisão nos processos administrativos no Município de Campinas, é correto afirmar que

- (A) os recursos são dotados, em regra, de efeito suspensivo e devolutivo.
- (B) os processos administrativos de que resultem sanções poderão ser revistos em até cinco anos, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis a justificar a inadequação da sanção aplicada.
- (C) o prazo para interposição de recurso administrativo será de dez dias úteis, contado a partir da ciência ou da divulgação oficial da decisão recorrida, salvo disposição legal específica.
- (D) das decisões administrativas cabe recurso em face de razões de constitucionalidade, de legalidade e de mérito.
- (E) o não conhecimento do recurso não impede a Administração de rever de ofício o ato ilegal, ainda que ocorrida preclusão administrativa.

